



Opinião Econômica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP



Há desaceleração do crédito no Brasil?

O Peac é o mais novo retrato da esquizofrenia reinante na política macroeconômica brasileira

A ata do Copom divulgada na terça-feira fala sobre uma desaceleração no mercado de crédito bancário, mas nota que “os créditos com recursos direcionados mantiveram trajetória de expansão para pessoas físicas, na linha do crédito imobiliário, e para empresas, sustentados pelas operações com fundos garantidores”.

Em outras palavras, os juros altos estão reduzindo o crédito, mas esse efeito é contrabalançado pelo aumento do crédito direcionado, que depende do governo, não do BC.

O final desse parágrafo menciona um elemento pouco falado, as “operações com fundos garan-

tadores”. O que é isso?

O Peac - Programa Emergencial de Acesso ao Crédito - foi criado durante a pandemia, em junho de 2020. Tinha o objetivo de possibilitar o acesso ao crédito a empresas pequenas e médias.

O Peac funciona assim: o banco empresta dinheiro para a empresa com seus próprios recursos, mas uma parcela do risco de inadimplência é coberta pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), que é administrado pelo BNDES. Assim, o banco fica menos exposto ao risco e pode conceder crédito a empresas que talvez não o conseguissem sem essa garantia.

Como diz o nome, o Peac era

um programa emergencial, criado para mitigar os efeitos da pandemia na economia.

A pandemia já acabou faz tempo.

E o Peac?

Para surpresa de ninguém, o Peac continua firme e forte.

Depois de algumas medidas provisórias e leis, esse programa passou a ter prazo de vigência indeterminado. Era provisório, virou permanente. Hoje atende empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões.

Assim, o crédito direcionado para pessoas jurídicas tem bombado. No início do ano, uma nota do BC mostrava um crescimento no crédito direcionado

em 12 meses de 18,5%! E continua crescendo.

O Relatório do Banco Central de junho de 2026 mostra que a inadimplência na modalidade “outros créditos direcionados”, que inclui operações do Peac, está no ponto mais alto da série. Fácil concluir que na ausência das garantias várias dessas empresas não teriam crédito.

Eis a esquizofrenia da política macroeconômica vigente no Brasil.

Juros mais altos e aperto no crédito esfriam a economia, mas reduzem pressões inflacionárias; juros mais baixos e crédito mais solto aquecem a economia, mas pressionam a inflação. Em al-

guns momentos, o governo e o BC devem buscar aquecer; em outros, é apropriado esfriar.

No Brasil, não funciona assim. O Banco Central joga água fria enquanto o governo joga querosene no fogo.

A discussão por vezes parece supor que o crédito sob controle indireto do BC afeta inflação e PIB, mas os estímulos do governo ao crédito só afetam o PIB. Isso está errado. Ambos afetam inflação e PIB.

Dada a proximidade da eleição, esse não é o momento de discutir seriamente políticas públicas. A partir de novembro, vamos precisar falar sobre o Peac e o crédito direcionado.

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas:
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

Farsul cobra solução urgente para crise do diesel no RS

/ COMBUSTÍVEIS

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

O agronegócio gaúcho passa por sua segunda crise no abastecimento de óleo diesel apenas neste ano. Desta vez, justo no início do plantio da safra de verão, que se estende desde o dia 10 de setembro. Agora, o problema para a maior parte dos produtores deixou de ser o custo elevado e passou a ser a falta do produto. O alerta é do presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Domingos Velho Lopes, que, desde ontem, está em Brasília para intensificar as negociações com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP).

Lopes explica que a ANP está analisando contratos de Transportadores-Revendedores-Retallistas (TRRs) e distribuidoras, o que, no entanto, não supre a demanda do produtor, já que esses vínculos são firmados em sua grande maioria com os postos de gasolina.

“Esses contratos as empresas

estão cumprindo, o problema é o mercado livre, onde estão 100% dos produtores rurais. Não temos contrato de fornecimento porque atuamos por demanda e as maiores são justamente agora, que é o começo do plantio, e depois na colheita”, relata.

“Nossa preocupação hoje não é mais o preço. Olha o absurdo, é a disponibilidade de óleo diesel que não existe no Interior e na região arrozeira. Isso que estamos recém pensando em começar a lavoura de soja”, frisa o dirigente. E com a extensão da crise há quase duas semanas, completa que “precisamos de uma solução para ontem”. Na ponta da cadeia, o relato é que não há mais diesel S500 e muito pouco de S10.

Sobre sua ida ao Distrito Federal, afirma que a principal reivindicação junto ao governo federal é equiparar o preço externo do diesel para que a importação volte ao normal. “O preço está maquiado”, diz o presidente. Segundo ele, o custo interno está variando de R\$ 7,00 a R\$ 8,00, enquanto o mercado de fora está em R\$ 10,00. “É uma disparidade muito gran-

de. No Brasil, 25% a 30% do óleo diesel utilizado é externo. Qual importadora vai trazer a R\$ 10,00 para vender a 8,00 aqui?”, relata.

Além da ANP, Lopes também pretende conversar com o Ministério de Minas e Energia para expor suas consternações. Outro ponto que preocupa é o El Niño, que já vem gerando atrasos, não tão sentidos no momento justamente pela crise do diesel que ocorre em paralelo. “A janela agrônômica para o plantio é muito restrita”, explica o presidente da Farsul, acrescentando que “não se pode falhar em nada”, seja em mecanização, mão de obra, sementes, fertilizantes ou óleo diesel.

Ontem, o Sindicato dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Sul (Sindipetro-RS) também se pronunciou sobre o desabastecimento. Em nota, afirma que “os dados disponíveis sobre produção e consumo no Estado não indicam falta de combustível na origem” e que “é preciso esclarecer o que está acontecendo na distribuição”.

Conforme o comunicado, um levantamento do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás



Presidente da federação está em Brasília para tratar do assunto com a ANP

Natural e Biocombustíveis (Ineep), com base em dados da ANP, aponta que, entre janeiro e julho deste ano, a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas, produziu 18,24 milhões de barris de diesel, enquanto o consumo do Rio Grande do Sul foi de 15,40 milhões de barris. A produção, portanto, ficou 18,5% acima do consumo no período e esse excedente ainda é superior ao volume enviado para outros estados.

A presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, afirma que a Petrobras cumpriu todos os con-

tratos, entregando o diesel previsto nos prazos e preços acordados, e que não há qualquer motivo para alarde de desabastecimento na refinaria.

Em nota, a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) disse que acompanha os relatos de dificuldades no abastecimento de óleo diesel a produtores rurais em algumas regiões do Estado. “A pasta mantém diálogo com entidades do setor para avaliar a situação e, se necessário, solicitar esclarecimentos ao governo federal”, diz.

FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC